

A Desconstrução da Sociedade Rural e a Consolidação de um Centro Canavieiro Paulista: o dilema na afirmação da identidade de Piracicaba (1930-1950)¹

Profa. Dra. Eliana Tadeu Terci
Doutora em História Social pela USP
Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação Regional e Professora da Faculdade de Gestão e Negócios da UNIMEP

RESUMO

Neste artigo analisa-se as circunstâncias econômicas, históricas e os dilemas da afirmação do perfil canavieiro de Piracicaba. Nesse período (1930-50), pós crise de 1929, falência do modelo agroexportador cafeeiro e do pacto político que o sustentava, definem-se novos parâmetros para a divisão do trabalho nas regiões cafeeiras, que operam progressiva diversificação de atividades com base na articulação agricultura-indústria. Neste novo cenário, Piracicaba que não se destacara como município cafeeiro, emerge como Centro Canavieiro, polarizando o complexo sucroalcooleiro do estado de São Paulo, se beneficiando das novas políticas públicas e iniciativas empresariais.

Introdução

O período compreendido entre as décadas de 1930-50 é de afirmação do perfil açucareiro de Piracicaba num contexto econômico em que a indústria assume papel líder no crescimento econômico nacional: tomando-se as taxas anuais médias de crescimento da agricultura e indústria nos períodos de 1920-19, 1933-39 e 1939-45 registra-se para a agricultura – 4,1%, 1,7% e 1,7% e indústria – 2,8%, 11,3% e 5,4%, respectivamente. (Baer, 1996). Essa inversão resulta das circunstâncias da crise econômica de 1929 e das estratégias para sua superação.

A crise de 1929 atingiu seriamente os países exportadores de produtos agrícolas, colocando em xeque os modelos de acumulação assentados no setor de mercado externo. Entre 1930-31 observa-se o agravamento da situação no Brasil: o preço do café caiu em 43%, a borracha 42%, a lã e o milho, ambos em 40% e o estanho, o cobre, o açúcar, a manteiga, tiveram uma queda entre 20 e 30%. A Agricultura brasileira sofre mudanças estruturais profundas com a perda crescente de sua principal cultura exportadora para a agricultura voltada ao mercado interno, ainda que as políticas de valorização do café se mantivessem protegendo o setor. Dados apresentados em Vilella & Suzigan (1975) ilustram essa mudança: enquanto a participação do café no valor da produção agrícola declina de 48% em 1915-29 para 29,5% em 1932-36 e 16,1 em 1939-43, as demais culturas elevam sua participação, lideradas pelo algodão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca que, juntos passam a representar 47,1% do VPA em 1939-43.

¹ O artigo é versão revisada de pesquisa realizada no Núcleo de Pesquisa e documentação Regional da UNIMEP, cuja sistematização completa, encontra-se publicada em BILAC; TERCI, 2001.

A verdade é que, apesar da inversão de prioridade da agricultura exportadora para a indústria, a especificidade da nossa industrialização, dependente de importações de *inputs* industriais, não permite descuidar do setor agroexportador, fundamental para a geração de divisas. A característica marcante do novo cenário político e econômico foi a centralização das decisões na esfera federal, buscando estimular a diversificação da economia e alavancar a acumulação de capital. Nessa direção, foram criados vários órgãos de fomento e regulação em diversos setores, tais como o Conselho Nacional do Café, logo transformado no Departamento Nacional do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto do Cacau, o Instituto do Pinho, o Instituto do Sal, favorecendo a diversificação da produção.

A literatura referente à economia exportadora cafeeira demonstra, entretanto, que apesar da predominância do café, as fazendas não eram rigorosamente monocultoras, como ocorreu com a agroindústria do açúcar do Nordeste. As fazendas de café mantinham o sistema de cultura intercalar, plantando gêneros alimentícios como arroz, feijão, milho e outras como o algodão e o fumo. A produção de *gado vacum* e porcino garantia carne e gordura, além do leite. A alimentação era completada também pela criação de galinha caipira que, de outra forma, propiciava alguma renda adicional aos colonos. A produção oriunda das fazendas abastecia em parte o mercado urbano próximo (Stolke, 1986).

Essas cidades estavam dotadas de uma infra-estrutura urbana, com uma população crescente, de nível aquisitivo suficiente para se constituir em um mercado de consumo relativamente amplo. Nos anos 20, já havia instalado nelas equipamentos básicos de serviços públicos (energia elétrica, serviços bancários, rede elétrica e telefônica) e contavam com uma rede de transporte ferroviário que as interligava e que permitia um contato rápido com a capital do estado e o porto de Santos. Com a crise de 1929, nas duas décadas seguintes, essas cidades se abriram para a industrialização, ainda que não muito intensa, aproveitando o mercado de mão-de-obra e de consumo, a infra-estrutura urbana e, até certo ponto, o transporte ferroviário.

Negri (1996) sintetiza essas transformações no interior paulista:

Uma síntese da dimensão regional da industrialização paulista, antes do Plano de Metas, indica, portanto, uma indústria fortemente concentrada na Grande São Paulo, mas, também, um crescimento expressivo no interior do estado, que ganha peso em termos nacionais. Em todo esse processo definiram-se novos parâmetros para a divisão do trabalho inter-regional, com base na articulação agricultura indústria. Confirmou-se a liderança de Campinas e Ribeirão Preto, potencialmente existentes desde a década de 1920. Incorporou-se ao litoral à concentração industrial interiorizada, em que se mantinham participando, embora com menor importância relativa, as regiões de Sorocaba e do Vale do Paraíba. Estas três regiões, em que a indústria não tinha suporte para um desenvolvimento agrícola importante, manifestaram-se, assim, desenvolvendo condições para agregar-se à nova expansão industrial que ocorreria a partir da industrialização pesada, com uma indústria que prescindiria cada vez mais de produtos naturais locais. Em toda a Região Oeste, incluindo-se aí Bauru, caracterizou-se um processo de

desenvolvimento, subordinado, com base na articulação agricultura-indústria, que desde o início foi o que lhe deu origem (Negri, 1996:93).

O dilema da modernidade: policultura x monocultura canavieira

Piracicaba, que jamais se destacara como um município cafeeiro importante, idealizou na sua agricultura diversificada e na estrutura agrária, relativamente desconcentrada, as bases do seu progresso. Desde o início do século XX, as elites políticas locais, através da imprensa, destacavam a policultura e a pequena propriedade como os “elementos de incontestável progresso e reconhecido equilíbrio econômico” de Piracicaba:

Além dos cereais, produzidos em grande abundância, por uma infinidade de pequenos lavradores - milho, feijão, arroz - temos como principais culturas a cana-de-açúcar, o café e o algodão.

Este último produto vai tomando incremento com o regular funcionamento da Fábrica de Tecidos ‘Arethusina’, onde dele deram entrada, durante o ano de 1904, 31.205 arrobas. Da cana se faz o açúcar e a aguardente, montando a produção daquele ano findo, a 347.162 ar. e desta a 1413 pipas ou 706.500. Sendo que só a ‘Sucrerie’ produziu 281.784 ar. e o E.C. Monte Alegre 57.988 ar., as 7.390 ar. foram produzidas por outros 28 engenhos menores e a aguardente por 63 engenhos.

A Fábrica de Tecidos ‘Arethusina’ e a ‘Sucrerie’ contribuem em grande escala para dar a cidade movimento e aspecto acentuadamente industriais.

A produção de café para o ano foi de 257.236 ar. Ao maior produtor cabem 24.000 arrobas; vem em seguida um com 12.000 e outro com 10.000; depois 13 produtores de 5.000 a 9.000; 40 de 1.000 e 109 de menos de 1.000 arrobas.

As terras do município são em geral terras férteis e conservam ainda muitas florestas. Em alguns pontos existem campos, com boas águas e pastagens, onde se fazem criações de gado bovino e cavalos, embora em pequena escala. A criação de suínos é também explorada.

Vê-se por estas rápidas informações que o município está sob regime franco da policultura e dispondo de elementos próprios de vida, tem assegurado seu progresso. (Gazeta de Piracicaba, 03/03/1905)

Uma explicação para essa estrutura agrária é fornecida pela pesquisa realizada por Maluf (1984): a par da divisão natural por heranças, existiu uma fragmentação das propriedades como solução para as crises econômico-financeiras. A introdução tardia da cultura cafeeira contribuiu para esse processo, ao coincidir com a abolição e o início da imigração, propiciando, através das primeiras crises, que se acentuasse o parcelamento da propriedade e da policultura. Assim é que, em Piracicaba, não existiram as grandes fazendas de café tão características da zona Oeste.

A cana-de-açúcar, embora já despontasse como a principal cultura do município, representando 20% da produção estadual (Neme, 1939), não era pensada como alternativa ao café na afirmação do progresso local, ainda que ao longo das três primeiras décadas do século XX tenha sido graças à cana-de-açúcar que Piracicaba constituiu um importante complexo agro-industrial com apoio decisivo na produção açucareira: lavoura canavieira, usinas de açúcar e oficinas mecânicas.

A questão é que a imagem da “civilização do açúcar” estava totalmente impregnada dos elementos sociológicos significativos do atraso e decadência econômica que caracterizavam o

Nordeste Brasileiro e que Freire (1937) tão argutamente identificou: a formação do “aristocrata da cana-de-açúcar” na figura do senhor de engenho, o latifúndio, a monocultura, a dependência em relação à escravidão, o desmatamento, enfim, a forma predatória e extensiva com que se desenvolveu a economia colonial do açúcar. Para Neme (1939: 48), esta “organização agrária falha que fez do homem um inimigo da terra, fez da terra um carrasco do homem, fez da cana-de-açúcar um símbolo de tortura”, foi responsável pelo absoluto desajuste entre o homem e o ambiente agrário característico do Nordeste pela inexistência do que denomina uma “sociedade rural”.

A “sociedade rural” era uma realidade em Piracicaba, na análise de Neme. Sua formação foi possibilitada pelo regime de colonato que permitiu a fixação do trabalhador agrícola nas propriedades rurais através da constituição das colônias de trabalhadores com direito à roça de subsistência e outros benefícios, considerados essenciais à sobrevivência e à sociabilidade humanas. Tais elementos podem ser identificados na presença no meio rural das instituições que garantiam a convivência coletiva: recreativas, educacionais, religiosas, artísticas, culturais, entre outras.

Na verdade, a utilização do colonato na lavoura canavieira do estado de São Paulo e, pioneiramente, na região de Piracicaba, foi decorrência de sua utilização na lavoura cafeeira paulista. Com a abolição da escravidão e a necessidade da organização do trabalho livre, a concorrência com o café na disputa pela mão-de-obra disponível levou os produtores de açúcar a optarem pela manutenção de trabalhadores estáveis em suas propriedades.² O que era particularmente peculiar ao cenário rural piracicabano era a presença da “cidade usina”, pois a organização das colônias de trabalhadores rurais e a necessidade de fixação desses trabalhadores às propriedades levou as usinas a organizarem, com maior ou menor intensidade, verdadeiras cidades ao redor delas, interiorizando em suas propriedades a maioria dos equipamentos de abastecimento, educação, cultura e lazer, formando as sociedades rurais nos termos de Neme. O exemplo mais completo desta estruturação do ambiente rural era o da *Usina Monte Alegre*, seguido do *Engenho Central*, cujo intuito era estender o controle e a disciplina do trabalho aos espaços de convivência coletiva dos trabalhadores³. De qualquer forma, as colônias de imigrantes e as “cidades usinas” constituíam um cenário rural com um ar de justiça social bastante diverso do Nordeste Brasileiro.

Mesmo assim, era na policultura e não na agroindústria canavieira que se buscava a imagem de cidade progressista para Piracicaba. A satisfatória produtividade alcançada pela

² Ver, entre outros, Carli, 1943, Maluf, 1984, Peres, 1990 e Terci, 1991.

³ Sobre a proposição disciplinadora das usinas ver, entre outros, Peres, 1990 e Terci, 1991.

agricultura era atribuída principalmente à subdivisão das terras, fixação do trabalhador rural nas propriedades e à policultura. Os dados organizados por Neme comprovam a evolução da pequena propriedade em Piracicaba no período:

TABELA 1 - Divisão da propriedade rural de Piracicaba, segundo número de estabelecimentos por grupos de área de 25, 100 e mais de 100 alqueires, para os anos de 1905 e 1935.

1905				1935			
número de estabelecimentos				número de estabelecimentos			
Até 25 alqueires	Até 100 alqueires	+ de 100 alqueires	Total de propriedades	Até 25 alqueires	Até 100 alqueires	+ de 100 alqueires	Total das propriedades
339	171	93	603	2.254	307	79	2.640

Fonte: Relatório da Secretaria da Agricultura de 1905 e da Estatística Agrícola e Zootécnica do estado de São Paulo para 1935-36 (Neme, 1939: 30).

Tampouco a indústria despertava o entusiasmo dos estudiosos da realidade piracicabana, pelo menos nos anos iniciais da década de 1930. Canabrava e Mendes, referindo-se às potencialidades da indústria piracicabana, em 1938, ponderavam:

Velha região agrícola, onde as culturas antigas ocupam um papel preponderante, são os produtos agrícolas que fazem o equilíbrio da sua balança econômica; presa à economia agrícola está a própria estrutura social, em que o lavrador forma a grande massa da população, e as próprias profissões liberais se voltam nesse sentido, orientada pela Escola Superior de Agricultura (Canabrava e Mendes, 1938:296).

As autoras chamam atenção para a exclusividade das indústrias agrárias como os engenhos e usinas, moinhos de milho ou mandioca, os descaroçadores de algodão, destacando a produção açucareira como o eixo do progresso da indústria local e regional. Ainda consideram uma dificuldade adicional ao crescimento industrial a força motriz, cujo preço elevado era tido como uma barreira intransponível ao progresso da indústria, sem contar o fato de Piracicaba não constituir uma zona operária.

Compartilhando essa compreensão, Neme assim escrevia em 1939:

Com o correr do tempo, vai Piracicaba se tornando amplamente conhecido pelo resto do estado e do país como município essencial e exemplarmente agrícola. Circunstâncias especialíssimas, de espécie vária, tem contribuído poderosamente para transformar e conservar o núcleo agrário piracicabano num dos mais privilegiados de todo o território bandeirante, o que equivale dizer de todo país, pois São Paulo é, indiscutivelmente, o mais adiantado centro agrícola do Brasil.(Neme, 1939:7)

É bem verdade que a industrialização e a intensificação do processo de urbanização dela decorrente estimularam a produção agrícola voltada ao mercado interno. Para se ter uma idéia, a produção nacional de arroz, batata inglesa e mandioca, entre 1938 e 1955, cresceu a uma taxa de aproximadamente 120% (Singer: 1995). A grande beneficiária deste surto de desenvolvimento

foi a agricultura paulista, inclusive a piracicabana que, mais tecnicada e desenvolvida, aproveitou as oportunidades criadas para o desenvolvimento da produção de açúcar e algodão.

A insistência dos estudos dos anos 1930⁴ quanto ao potencial policultor e agrícola do município tinha a contrapartida na crítica à monocultura e à euforia industrializante e, em certo sentido, manifestava apreensão sobre a conjuntura delicada vivenciada pelo país e pelo mundo com a grande crise. Apostava, contudo, na alternativa histórica representada por Piracicaba. Nas palavras de Canabrava e Mendes (1938: 298):

Piracicaba não é uma zona operária (...) População mais ou menos estável, ela não sofre as conseqüências das crises por que passam as grandes regiões industriais, porque a todo momento pode se voltar a indústria rural.

e de Neme (1939:87):

Os grandes estudiosos dos problemas econômicos são unânimes em afirmar, com Ferdinando Fried, que ‘as nações que melhor vêm resistindo à crise não são as que se industrializaram em excesso’, nem aquelas que se limitaram ao papel de simples fornecedoras de matérias-primas, - mas sim as que, ao lado de uma perfeita organização agrícola, dispõem de um parque industrial razoável.

Aplicando-se tal preceito aos municípios, pode-se apontar Piracicaba como comprovante típico dessa afirmação, por isso que enquanto outros núcleos excessivamente industrialistas ou exclusivamente agricultores, estão sofrendo abalos profundos em sua política econômica, as finanças municipais piracicabanas denotam um apreciável grau de estabilidade e segurança. É razoável o progresso industrial de Piracicaba, no que com a agricultura e a pecuária se relaciona.

E não foram somente os piracicabanos que se encantaram com os dotes harmônicos de Piracicaba. O paulistano Milliet, modernista, figura ativa da Semana de Arte Moderna de 22, também lhe dedicou algumas páginas de sua obra escrita também na década de 1930:

Cidade de massas ativas e de elites em perfeita comunhão de bens. Das vantagens desse casamento temos uma idéia clara ao percorrer o município de automóvel ou de jardineira. A divisão da propriedade permanece harmoniosa apesar da tendência que se vem revelando, ultimamente, para a formação de latifúndios em torno das usinas de açúcar. Aliás, observando pessoalmente a região, já não mais através de dados de recenseamentos, de simples números sem vida de cifras quase abstratas, adquire a convicção de que os inconvenientes apontados pelos sociólogos e economistas na existência do latifúndio aqui se atenuam consideravelmente em razão do cultivo carinhoso e intensivo do solo. (Milliet, 1982:171)

Os dados e registros dos anos 50, entretanto, não confirmam essa vocação policultora e essencialmente agrícola de Piracicaba. O Almanaque de Piracicaba para 1955 estampava um quadro sensivelmente distinto daquele dos anos 30: graças à política econômica inaugurada na

⁴ Ver ainda Capri, 1914; Ferraz, 1911; além dos autores citados, os jornais locais também estampavam em suas páginas dados e comentários sobre as características policultoras de Piracicaba.

Era Vargas e, especificamente, à criação do IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool – a produção açucareira crescia em quantidade e área plantada, desalojando as antigas culturas e a pequena propriedade tornando Piracicaba um **Grande Centro Canavieiro**:

Piracicaba integra juntamente com os Municípios de Capivari e Santa Bárbara a principal região canavieira do estado de São Paulo. Sendo o maior produtor de açúcar e de álcool do estado, Piracicaba ocupa, desde agora, posição marcante no conjunto da economia canavieira do país. Em virtude do desenvolvimento tomado nos últimos anos pela agroindústria da cana na região, é de prever venha, em futuro próximo, a se situar numa posição de singular relevo no conjunto dos municípios açucareiros do Brasil. (Krähenbühl, 1955: 34).

Vejamos, então, como se faz essa transição da economia policultora para a formação do complexo canavieiro que caracteriza Piracicaba a partir dos anos 50 e que vem se formando desde as origens do município. Para efeito de análise, partimos então das transformações operadas na agricultura no período 1930-50, pois foi nesse ramo de atividade que se firmaram os sustentáculos da imagem que se queria construir para o município - a policultura e a pequena propriedade. Em seguida veremos as principais transformações operadas na indústria do município com destaque para o desenvolvimento do núcleo metal-mecânico e do *Grupo Dedini*.

A agricultura paulista entre 1930 e 1950 e a produção agrícola piracicabana

A agricultura paulista no período 1930-50 é caracterizada pela expansão e diversificação da produção, pois a disponibilidade de terras férteis e a oferta abundante de mão-de-obra, aliadas à superioridade tecnológica, garantiam as pré-condições para a sua expansão diversificada, destacadamente o algodão e a cana-de-açúcar por se tratarem de produtos que obtiveram consecutivas safras elevadas, em comparação com as demais, e que foram economicamente decisivas para a dinamização da economia paulista após a crise de 1929.

A produção algodoeira ganhara enorme incremento devido ao crescimento da indústria têxtil no período de aquecimento da economia (1933-39). O algodão encontra meio favorável em Piracicaba, colocando o município entre os principais fornecedores do estado de São Paulo, representando, já em 1935, 4,16% do total da produção paulista. De fato, os produtores piracicabanos souberam responder rapidamente aos estímulos externos, pois de uma produção de 80.662 arrobas em 1934 (representando 1,19% da produção estadual), saltou-se para uma produção de 300.000 arrobas em 1935 (Neme: 1939).

Além de atender ao mercado nacional e internacional, a produção algodoeira piracicabana era consumida também por uma indústria têxtil local, a *Fábrica de Tecidos Arethusina* de propriedade da *Companhia Industrial e Agrícola “Boyes”*. A consolidação desta empresa no

município, no entanto, esteve relacionada, de alguma forma, com a agroindústria canavieira, pois esta demandava um de seus principais produtos: a sacaria de algodão (Terci: 1997).

O aumento da produção algodoeira de Piracicaba representou um surto, pois, entre 1940 e 1950, a produção municipal declinou de 9.817 toneladas para 1.649 toneladas, ou seja, se reduzia a 20% da quantidade produzida em 1940. A redução da produção municipal foi bastante mais acentuada que no estado que, em 1950, sofreu uma queda de aproximadamente 50% da produção de 1940 (445.559 toneladas de 1950 contra as 840.597 toneladas de 1940).⁵

Além do algodão, a produção de laranja também cresceu na década de 1930, devido à elevação de seu preço no mercado internacional. Canabrava e Mendes (1938: 291) afirmam que para os agricultores piracicabanos, a produção de laranja podia se fazer nas áreas não propícias ao algodão, geralmente terras arenosas que, com adubação orgânica, serviam perfeitamente à citricultura. Alertam, entretanto, que a produção de laranja não chegou a constituir em Piracicaba, “um tipo característico de grande propriedade citrícola”. A maior plantação não chegava a 18 mil pés e predominava o pequeno citricultor: para 830 proprietários existiam 212.348 pés de laranja, em 1934, numa área de 336,25 alq. Assim como o algodão, passado o surto, a produção de laranja que fora de 128.812 mil frutas em 1940, se reduz a 2.639 mil frutas em 1950, acompanhando o declínio da produção estadual. Em relação à área cultivada, há uma redução de aproximadamente 80%, passando de 1.554 ha em 1935 para 262 ha em 1950.⁶

A produção canavieira, por sua vez, foi alavancada com a criação do IAA em 1933, quando o açúcar passou também à condição de “questão nacional”. Dentre outras medidas, o IAA buscou estimular a exportação através de subsídios ao setor, adotou uma política de controle da produção através do regime de quotas e procurou regulamentar as relações entre produtores e compradores de cana. Principalmente a política de limitação da produção, buscando estabilizar o preço do açúcar, evidentemente, assegurou a lucratividade do setor (Ramos, 1983).

Krähenbuhl assinala que o apoio do IAA privilegiou a região canavieira de Piracicaba destacando, dentre as numerosas iniciativas, a concessão de uma quota de 30 milhões à usina-piloto do *Instituto Zimotécnico* que funcionava na *Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz* (ESALQ). Sem fins lucrativos, o propósito da usina-piloto era desenvolver estudos e pesquisas para o aperfeiçoamento da produção açucareira e alcooleira. A outra contribuição do IAA, destacada pelo autor, foi a instalação no município de uma destilaria central, situada no bairro Corumbataí, com o nome de *Gileno De Carli*, “destinada a rasgar novos horizontes à

⁵ Censos Agropecuários do IBGE de 1940 e 1950.

⁶ Canabrava; Mendes, 1938 e censos agropecuários do IBGE, 1940 E 1950.

indústria alcooleira de uma região particularmente dotada para a produção e o beneficiamento da cana-de-açúcar” (Krähenbühl, 1955: 34).

Em verdade, embora se buscasse difundir a característica policultora da agricultura Piracicabana, a cana-de-açúcar sempre liderara os níveis de produção do município e, em 1935, o município já contribuía com 1/5 da produção de açúcar, aproximadamente 9% de aguardente e 15% de álcool, do estado de São Paulo, além de representar 2/3 da arrecadação municipal de impostos aos cofres federais (Neme, 1936: 127). Os dados dos censos agropecuários de 1940 e 1950 revelam um crescimento sistemático da produção canavieira de Piracicaba durante todo o período, mantendo a participação de 20% na produção estadual até a década de 1950, quando sua posição declinou para cerca de 15%, embora a produção tenha crescido 65% entre as décadas de 1940 e 1950 (saltando de 443.076 ton. para 749.768 ton., respectivamente). A perda relativa da participação da produção piracicabana no total do estado deveu-se ao aumento da produção em outras regiões, devido às mencionadas políticas de incentivo à produção sucroalcooleira paulista.

O problema que já se vislumbra a partir destes dados é a tendência à monocultura canavieira, apesar da insistência em se afirmar a característica policultora do município que, na verdade, acompanhava a pauta agrícola paulista diversificada dos anos 30, como se observa na tabela abaixo:

TABELA 2 - Produção dos principais produtos agrícolas em Piracicaba, segundo quantidade produzida e porcentagem sobre a produção do estado de São Paulo em 1934.

Produtos	Piracicaba	São Paulo	% sobre o estado
Mamona	1.360 kgs.	3.336.641 kgs.	0,04
farinha mandioca	2.500 scs.	1.247.900 scs.	0,20
Batata	25.072 ars.	10.471.873 ars.	0,24
Alfafa	47.650 kgs.	11.923.308 kgs.	0,40
Café	229.133 ars.	59.908.693 ars.	0,50
Feijão	26.183 scs.	4.073.157 scs.	0,64
Arroz	87.428 scs.	9.934.094 scs.	0,88
Milho	417.671 scs.	25.908.751 scs.	1,61
Fumo	7.613 ars.	199.847 ars.	3,81
Algodão	300.000 ars.	7.200.000 ars.	4,00
Polvilho	100.100 kgs.	1.008.173 kgs.	9,93
canna de assucar	380.000 tns.	1.965.000 tns.	19,34

Fonte: Neme, 1936, p. 144.

Esta estrutura policultora não se manteve no período estudado e teve na década de 1930 o seu marco de transição para a monocultura. De um modo geral, todas as culturas tiveram um crescimento da quantidade produzida entre 1920 e 1934, reduzindo-se entre 1934 e 1950. Dentre as que apresentaram boa recuperação em 1950, como a banana, o arroz e o milho, apenas o arroz

superou os níveis de 1934, enquanto a produção de cana-de-açúcar seguiu elevando-se tanto no município quanto no estado, durante todo o período, conforme se observa na tabela 3:

TABELA 3 – Principais culturas , segundo quantidade produzida no Município de Piracicaba, 1935/1950.

Produto	1920	1934 quantidade	1940 quantidade	1950
Milho (ton)	12.903	25.060	11.017	11.499
Algodão (ton)	561	4.500	9.817	1.649
Café (ton)	nd.	3.437	1.059	860
Arroz (ton)	2.725	5.246	2.758	6.167
Feijão (ton)	1.425	1.571	734	449
Cana-de-açúcar (ton)	69.247	380.000	443.076	749.768
Banana (cachos)	nd	1.990.478	183.767	371.757
Laranja (mil frutos)	nd	34.931	128.812	2.639

Fonte: Ministério da Agricultura e Comércio, 1920; NEME, 1936; Censos Agropecuários, 1940 e 1950.

Em termos da área plantada também se observa uma redução significativa para todas as culturas, exceto a cana-de-açúcar:

TABELA 4 – Principais culturas, segundo área cultivada no Município de Piracicaba, 1935/1950.

Produto	1935 área (há)	1950 área (ha)
Milho	32.072	8.721
Algodão	23.049	3.512
Café	16.992	1.382
Arroz	9.254	5.145
Feijão	5.220	1.077
Cana-de-açúcar	19.556	17.471

Fonte: Neme, 1939; IBGE, Censo Agropecuário de 1950.

Cumprе esclarecer que a redução da área de lavoura de Piracicaba se deve às subdivisões de terras havidas no município entre 1940 e 1950 o que, no entanto, não prejudica a argumentação de que houve uma evidente redução, tanto em termos da produção, como da área cultivada das demais culturas em relação à cana-de-açúcar.

O trabalho de Maluf (1984: 103) confirma esta análise:

de uma maneira geral, a cana parece ter desalojado com maior intensidade o café e o algodão, pois as áreas de cultivo de algodão são reduzidas de 3.512 hectares para menos de 2.300 hectares em Piracicaba e 665.468 hectares para 292.498 hectares no estado, e áreas cultivadas com café são reduzidas de 1.382 hectares para 66 hectares em Piracicaba e 1.195.928 hectares para 711.262 hectares no estado entre 1950 e 1975, confirmando a erradicação do café principalmente nos anos 60.

Os dados sobre área cultivada demonstram ainda que a área plantada com cana-de-açúcar teria atingido os 31.200 ha de terras em 1975, o que induz a suspeitar da eficácia das políticas regulamentadoras do IAA, visto que não evitaram o crescimento astronômico da produção açucareira em Piracicaba e no estado de São Paulo.

Ramos (1983) esclarece esta questão. Como é sabido, as usinas desde sempre contaram com uma parte da matéria-prima produzida em terra própria e outra parte produzida por proprietários agrícolas na qualidade de fornecedores de cana. A existência dos fornecedores de cana era interessante para as usinas, pois permitia transferir-lhes os riscos da produção agrícola, sacramentando-se a denominada “partilha de riscos”. Com a criação do IAA e sua política de controle da produção, os riscos de super-safras ficaram praticamente eliminados e passou a ser economicamente atraente concentrar também a produção da matéria prima, o que significava, em última instância, que se tornava lucrativo às usinas ampliarem suas propriedades e sua produção de cana própria.

O sistema de quotas estabelecido pelo IAA e o Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941 objetivavam garantir a manutenção dos fornecedores de cana e evitar a concentração fundiária pelas usinas. Porém, o IAA passou a sofrer pressões constantes para a revisão de sua política, principalmente dos usineiros paulistas que buscavam reverter o protecionismo aos produtores nordestinos e aos fornecedores para poderem concentrar também os ganhos com a lavoura canavieira. Tal pressão resultou na edição do Decreto-lei nº 9827 que rezava em seu artigo 5º, parágrafo único: “reconhecida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool a falta de capacidade de produção dos fornecedores das usinas já existentes, para a utilização das quotas de fornecimentos na porcentagem estabelecida neste artigo, serão estas atribuídas às usinas para aproveitamento com lavouras próprias.” (Ramos, 1983: 130).

Estava aberta a possibilidade para que as usinas aumentassem sua participação na lavoura canavieira. Ramos alerta, ainda, que o decreto abria um precedente enorme para que se estabelecesse a hegemonia dos usineiros paulistas no setor em detrimento dos usineiros nordestinos. No que se refere à estrutura fundiária, pode-se ter uma idéia da concentração de terras já em 1940, conforme os dados da tabela 5. Observa-se que 57,06% dos estabelecimentos ocupavam 8,41% da área total, ao passo que menos de 1% deles ocupava 29,81% da área total. Embora em 1950 haja diminuído a área concentrada pelos maiores estabelecimentos, representando 20,08% da área total, o número de estabelecimentos com área menor que 20 ha reduziu-se praticamente à metade do que era em 1940. Houve ainda um aumento do número de estabelecimentos e porção de área ocupada para todos os grupos de área acima de 50 ha. Dentre estes, os mais consideráveis estão nos grupos de 100 a 500 ha e de 500 a 1000 ha, cujas

porcentagens de área ocupada aumentaram de 27,52% em 1940 para 34,44% em 1950 para o primeiro grupo referido e de 11,17% em 1940 para 16,39% em 1950 para o segundo.

Tabela 5 – Grupo de área total do Município de Piracicaba, 1940 e 1950.

	1940		1950	
	Números	%	Números	%
Total				
Estabelecimentos	2.634	100	1.837	100
Área	157.952	100	144.601	100
- de 20 ha.				
Estabelecimentos	1.503	57,06	787	42,84
Área	13.297	8,41	8.289	5,73
20 a – 50				
Estabelecimentos	646	24,53	515	28,04
Área	20.447	12,95	16.436	11,37
50 a – 100				
Estabelecimentos	227	8,62	252	13,72
Área	16.018	10,14	17.334	11,99
100 a – 500				
Estabelecimentos	216	8,20	233	12,68
Área	43.465	27,52	49.804	34,44
500 a – 1000				
Estabelecimentos	23	0,87	32	1,74
Área	17.647	11,17	23.697	16,39
1000 e mais				
Estabelecimentos	19	0,72	47.078	29,81
Área	18	0,98	29.041	20,08

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1940 e 1950.

Houve, na verdade, uma inversão na característica da estrutura fundiária piracicabana, cujo marco localiza-se em meados dos anos 30: a tendência ao fracionamento das propriedades com diminuição das grandes áreas entre 1905 e 1935 cede lugar a um processo de concentração que alterou significativamente a paisagem rural de Piracicaba.

A monocultura canavieira e a dissolução da sociedade rural

A concentração fundiária já preocupava as autoridades locais desde meados da década de 1930, que identificavam as usinas como as maiores compradoras de terras para garantia do suprimento de matéria-prima. Para se ter uma idéia, em 1900 a *Société de Sucrierie Bresiliennes*, proprietária do *Engenho Central de Piracicaba*, possuía 3.705 ha de terras próprias e arrendava outros 883 ha. de terras de terceiros e a *Usina Monte Alegre* possuía 2.228 há (De Carli, 1942).

O que viabilizava em grande medida essa proposição expansionista das usinas era o regime de colonato. O colono da cana era responsável por todo o processo de produção da matéria-prima, plantava, tratava, colhia e entregava a cana nos galpões da usina. Sua diferença com o fornecedor de cana residia no fato de que não era o proprietário da terra, embora também se responsabilizasse pelos riscos agrícolas.

Vários fatores contribuíram para que deixasse de ser interessante aos usineiros manter os trabalhadores fixos nas propriedades. Além da concentração fundiária e da necessidade de expansão da área da lavoura canavieira que acabou consumindo a roça de subsistência dos colonos, a crise do café e o processo de mecanização da agricultura foram dois outros importantes fatores responsáveis pela eliminação do colonato. Com a crise da cafeicultura e sua substituição pela cana, diminui a concorrência pela mão-de-obra e, a partir da década de 1950, a lavoura canavieira passa a reinar praticamente sozinha, enquanto grande empregadora da força de trabalho disponível.

A mecanização da lavoura, embora lenta e parcial, foi fator decisivo para que a referência no trabalho familiar deixasse de ser interessante. Em primeiro lugar, porque tirava do trabalhador a possibilidade de dispor dos instrumentos de trabalho necessários para tocar a lavoura, com a introdução dos tratores e caminhões para os tratos da terra e transporte da cana, respectivamente. Em segundo lugar, porque tornava antieconômico manter a mão-de-obra fixa nas fazendas o ano todo, pois o trato mecanizado reduzia a demanda por força.

Teve início, então o processo de proletarização do trabalhador rural, com o aparecimento do trabalhador *volante*, conhecido como *bóia-fria*. O *bóia-fria*, à diferença do colono, não habitava mais as fazendas das usinas. Não havendo outras culturas que absorvessem a mão-de-obra na agricultura na entressafra da cana, os trabalhadores rurais foram pouco a pouco sendo expulsos do campo e se dirigiram às cidades. Isto resultou na unificação do mercado de trabalho urbano e rural, pois as usinas e fornecedores de cana passaram a buscar nas cidades os trabalhadores de que necessitavam. Assim, o volante é ainda fruto da intensificação do processo de urbanização que ocorreu no período. Tem seu custo de reprodução determinado pelo setor urbano e alterna empregos rurais e urbanos (Graziano da Silva, 1981).

Embora o volante somente venha a se tornar a relação de trabalho predominante em Piracicaba somente a partir dos anos 60, a presença desses trabalhadores nômades e aquela imagem pobre do sertão nordestino, que tanto alarmava Neme já rondavam a lavoura canavieira piracicabana desde meados dos anos 30, como testemunham Canabrava e Mendes (1938: 325):

É um deslocamento da população da cidade para a zona rural na ocasião do corte da cana que se faz em maio, junho. As usinas que possuem enormes plantações de cana, recrutam na cidade os seus camaradas entre diaristas, desempregados e mulheres; a própria usina efetua o serviço de transporte em caminhões ou jardineiras...durante três meses, uma parcela urbana sai pela manhã e volta à cidade à noite, com as primeiras sombras. São homens, mulheres, crianças, toda população pobre da cidade.

Essa conformação agrícola e a consolidação da agroindústria canavieira como a principal atividade econômica do município e região terão influência decisiva na industrialização de

Piracicaba. Vejamos então como evoluiu a economia urbana piracicabana neste período de transição, bem como quais foram suas contribuições para a transformação de Piracicaba num grande **Centro Canavieiro**.

O Complexo Canavieiro: a indústria integrada à agricultura

As atividades industriais da cidade não mudaram significativamente entre os anos de 1900 e 1920 e mesmo na década de 1930, como se observa nos róis dos pagantes de impostos sobre indústria, comércio e serviços do município, publicados no Jornal de Piracicaba⁷. Houve, na maioria dos casos, um crescimento no número de estabelecimentos acompanhando o crescimento populacional mas, em termos dos gêneros do comércio e indústria, os principais deles já haviam se instalado na cidade desde o início do século.

Além da *Fábrica de Tecidos Arethusina*, que poderia ser considerada grande indústria, segundo classificação de Silva (1995), as demais empresas do ramo no período entre 1900 e 1930 eram pequenas oficinas, empregando pouco capital e mão-de-obra. Entretanto, o embrião do chamado setor metal-mecânico já se havia instalado desde o início do século, através das oficinas mecânicas de consertos de máquinas e implementos agrícolas e/ou fabricantes de veículos de tração animal. Era o caso das *Oficinas João Krähenbühl & Irmão*, fundada em 1870, que reunia uma serraria e carpintaria a vapor, uma oficina mecânica de fundição de bronze, ferraria, serralheria e depósito de ferro onde se fabricavam fogões e arados, além de encarregarem-se da importação de maquinismos para a lavoura e indústria, “mediante comissão razoável”(Terci, 1997). A *Oficina Krähenbühl*, que segundo Sampaio (1976), foi uma empresa pioneira na introdução de carroças e carros de tração animal chegando a exportá-los para todo o estado de São Paulo, no entanto, não conseguiram solidificar sua posição no setor industrial do município, mantendo-se como pequena empresa.

A *Oficina e Fundição Teixeira Mendes & Cia*, outra integrante do setor metal mecânico do município, fundada também no início do século XX, mantinha cinco sessões específicas: uma fundição de ferro, uma carpintaria, uma oficina mecânica, uma sessão de fabricação de veículos e outra de conserto de veículos. O quadro 1, abaixo, organizado a partir dos dados de rendimento da empresa em 1912, revela a importância da oficina mecânica para a composição dos rendimentos da empresa, representando aproximadamente 40% do total e, dos serviços prestados pelas oficina, destacam-se os ligados aos reparos e consertos em engenhos de cana, que representam 60% do rendimento desta sessão específica:

⁷ Um quadro completo pode ser visto em Bilac; Terci, 2001:66-67.

Quadro 1 – Produção da Oficina Teixeira Mendes & Cia no ano de 1912, segundo as atividades de cada sessão da empresa

FUNDIÇÃO DE FERRO (4.896 QUILOS)		1:552\$000
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS		2:635\$000
2 troles	1:245\$000	
4 carroças	680\$000	
2 carritelas e 2 carrinhos para terreiro	710\$000	
CARPINTARIA		1:743\$000
Diversos assoalhos e forros	560\$000	
Caixilhos, batentes e folhas	672\$000	
Diversas obras e concertos	511\$000	
OFICINA MECÂNICA		5:770\$000
Conserto de um engenho de cana	875\$000	
Um engenho novo de cana	1:600\$000	
Reforma e conserto de dois engenhos	495\$000	
Um repassador de café	600\$000	
Uma peça de turbina	425\$000	
Diversos concertos em torno	364\$000	
diversos concertos de torno e forja	411\$000	
um mictório	1:000\$000	
CONCERTOS DE VEÍCULOS		978\$000
3 troles, 1 carroção, 3 carretelas, 8 carroças, 2 carros de praça, 2 automóveis	978\$000	
TOTAL		12:678\$000

Fonte: Terzi, 1997, p. 72.

A verdade é que o grande fator dinamizador do desenvolvimento industrial do município continuava sendo a agricultura, especificamente a agroindústria da cana-de-açúcar, que vinha num crescendo ao longo das duas décadas, impulsionava o setor metal-mecânico no município, com sua demanda por fundições, funilarias, oficinas mecânicas, fábricas de veículos de tração animal, entre outros, consolidando o que Sampaio (1976) qualificou como “um exemplo de integração indústria-agricultura”⁸.

É nesse sentido que Vitti chama a atenção para a origem da *Oficina Dedini* como um verdadeiro *evento* dos anos vinte que, entretanto, passaria despercebido a quantos o presenciassem. Nas palavras do memorialista:

Quem no dia 15 de outubro [1923], desse um passeio vadio pela cidade, assistiria ao início da construção de um barracão, com duas salas destinadas a montagem de uma oficina de ferreiro. Nada de extraordinário nisso, nada de especial. Uma oficina como outras tantas.

⁸ O desenvolvimento urbano-industrial de Piracicaba contrastava, em certa medida, com o da capital paulista. A análise do processo de industrialização da cidade de São Paulo realizada por Ribeiro (1996) demonstra que, a partir dos anos vinte, a influência do café no desenvolvimento e intensificação das atividades urbanas já era significativamente inferior à que tivera até a 1ª Grande Guerra. Em outros termos, entre 1920 e 1930 o desenvolvimento da cidade não mais estaria estritamente ligado às atividades de produção e exportação cafeeira. São Paulo se consolidaria como a capital do capital. O domínio econômico e político dos fazendeiros do café, das famílias Prado, Penteado, Pacheco Chaves, do período 1880-1914, seria substituído pelos Matarazzo, Crespi, Scarpa, entre os anos 20 e 30. Não que isto significasse ter havido um movimento de ruptura ou tensão entre as chamadas burguesias cafeeira e industrial, mas antes aos capitalistas ligados à lavoura cafeeira, à indústria, aos bancos (...) juntava-se o capitalista industrial de origem estrangeira, cujos negócios estavam diretamente ligados à expansão do mercado interno (Ribeiro, 1996:345).

Assim foi o fato. O destino, porém, velava sobre aqueles humildes galpões. Foram eles os prodromos do punjante parque industrial, que leva o nome de Metalúrgica M. Dedini S.A., orgulho da indústria piracicabana, do estado de São Paulo e do Brasil. (Vitti, 1966: 101)

Quando foi fundada a *Oficina Dedini* por Mário e Armando Dedini, em 1920, o propósito era fabricar e consertar veículos e utensílios agrícolas. A II Grande Guerra Mundial, entretanto dificultou o comércio internacional, criando oportunidades para o desenvolvimento do empreendimento que soube aproveitar a oportunidade e não tardou a produzir peças e maquinários para as usinas e, rapidamente, alcançou a condição de grande empresa nacional (Negri, 1977).

De 1929 a 1945, a empresa passou por um período de maturação. Nesse período seus clientes deixaram de ser os engenhos e passaram a ser as pequenas usinas. A empresa pode, então, ampliar a escala de fabricação baseada na necessidade da região, na boa fama e no diferencial de que seus produtos recebiam manutenção constante. Com isso, a *Dedini* começou a dominar o mercado, atendendo tanto o pequeno como o grande produtor.

A crise de 1929 trouxe uma conjuntura propícia para as indústrias nacionais, beneficiando a *Dedini* com o barateamento dos produtos e serviços em relação aos importados. Um marco decisivo para a empresa foi o fato de seus técnicos terem reformado uma grande usina no Rio de Janeiro. Após essa reforma, que envolveu troca de boa parte dos equipamentos, a empresa pôde diversificar sua linha de produção.

As medidas regulatórias do IAA, contribuíram para o sucesso da indústria piracicabana, pois possibilitaram a racionalização da produção através da estipulação de quotas de açúcar por estados, cuja consequência foi a ampliação do número de usinas, o gradativo desaparecimento dos engenhos e a modernização das usinas antigas. A *Dedini*, que já tinha as técnicas desenvolvidas, tornou-se a maior produtora de peças nesse gênero.

Dentro deste contexto Piracicaba se destacou acompanhando o crescimento estadual da produção de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, o desenvolvimento do setor metal-mecânico existente. Este contexto abriu oportunidade ímpar àqueles que se dedicaram aos produtos da agroindústria canavieira. Um exemplo a ser destacado é o da família Ometto:

A visão de Pedro Ometto para negócios era grande e ele insistiu em reunir a família em um negócio maior: uma usina de açúcar. Os Ometto, resolveram juntar suas forças e aproveitar as facilidades dadas pelo governo para a safra de 1932. Somando seus capitais, formaram a Irmãos Ometto & Cia. Para montar a usina, Pedro e Mário Dedini partiram para o estado do Rio de Janeiro, mais precisamente Macaé, de onde tinham notícia de um conjunto de três ternos de moenda 20" x 30" e um conjunto esmagador de dois rolos acionado por máquina a vapor, a um bom preço. Um grande negócio que valia a viagem (Gordinho, 1986: 65).

As máquinas foram reformadas pela *Oficina Dedini* que assumiu a montagem da *Usina Boa Vista*. Os esforços da família Ometto frutificaram. A usina comprou a sua cota de 16.000 sacas de açúcar e foi favorecida pela mudança de legislação, vindo registrar 25.000 sacos efetivamente produzidos em 1932. Mário Dedini não deixou esta oportunidade passar: uma vez que não havia patentes, reproduziu os desenhos de todas as peças. Pouco tempo depois, Mário Dedini fabricou um conjunto idêntico que foi vendido para a montagem de outra usina. Iniciou um processo de produção de equipamentos fundamental para a indústria açucareira paulista, colocando Piracicaba no centro da história do açúcar (Gordinho, 1986:65).

Uma outra estratégia para o crescimento da *Dedini* foi a política de vendas da empresa: Mário Dedini oferecia aos usineiros um equipamento maior e aceitava como parte do pagamento o antigo equipamento que, depois de reformado, era vendido a usinas menores ou a engenhos. Outra prática, ainda, era a associação com empresários para fundar outros engenhos, que lhe permitia dominar o mercado e uma demanda cativa para a sua produção (Negri, 1977).

A cidade sabia e reconhecia a força que a *Oficina Dedini* tinha devido ao domínio da tecnologia da fabricação de maquinário para as usinas. Tanto a imprensa local, como os memorialistas reconheciam a importância do empreendimento.

Em 09/04/1938, o Jornal de Piracicaba, publicava:

Piracicaba possui, no rol dos seus estabelecimentos industriais, um que se destaca e com grande relevo, não só nos nossos, como nos meios industriais de todo o país. Trata-se das Oficinas Dedini, instaladas modernamente em Vila Rezende. Ombreando-se perfeitamente com as mais modernas fundições do “hinterland” brasileiro, os números conjuntos pesando milhares de quilos, levam o nome de nossa indústria pelos mais longínquos rincões do país. Datando, esta modelar organização, de poucos anos, vem crescendo continuamente, atestando o dinamismo e o descortino do grande industrial que lhe empresta o nome. Há, além disso, um fato incomum: o cunho de são nacionalismo que vem norteando os trabalhos na colméia siderúrgica local – o emprego da matéria prima nacional, de ferro saído de nosso solo. Desejamos prestar homenagem ao espírito empreendedor e progressista do Sr. Mario Dedini, um grupo de amigos, a convite do Dr. Ziliah Martins, ocorreu às modernas Oficinas Dedini, a fim de assistir os primeiros trabalhos da sua nova fundição.

Em 1955, Hélio M. Krähenbühl, entusiasta do desenvolvimento local também registrou:

As Oficinas Dedini localizada em Piracicaba, na Vila Rezende, cujas origens remontam ao ano de 1925, ocupando hoje, uma área de 20 mil metros quadrados, são provavelmente, a maior oficina mecânica especializada da América do Sul – assim se expressou, no seu número de Janeiro último, a autorizada revista açucareira norte-americana “*The Sugar Journal*”. (...) As moendas hoje fabricadas por M. Dedini S. A. com capacidade até 5.000 toneladas por dia, disputam vitoriosamente às mais famosas indústrias estrangeiras as preferências do mercado nacional e são inteiramente planejadas, executadas e montadas por um exército de peritos e especialistas cujo o trabalho é controlado por um completo laboratório químico e metalúrgico (Krähenbühl, 1955:127).

Esse crescimento do *Grupo Dedini* tinha forte relação com o crescimento da indústria no estado. Segundo Negri, o período de 1928 a 1937 representou um período de transformação para a indústria do interior de São Paulo. Essa mudança ocorreu com o fenômeno da descentralização e desconcentração de determinadas empresas localizadas na capital que passaram a montar unidades agroindustriais no interior e de outras oficinas que se fortaleceram. Nas palavras do autor:

Entre 1928 e 1937, diversas oficinas vão se transformando em importantes fábricas de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, beneficiadas pelas dificuldades impostas às importações. Alguns exemplos significativos são: a Fábrica B. Penteado S. A em Limeira, que ampliou o seu número de operários de 50 para 377 e que produzia máquinas para beneficiamento de café; a Fábrica D'Andrea & Irmão, novamente em Limeira empregava, em 1937, uma centena de operários também na produção de máquinas de beneficiamento de café; a Fábrica Basilio Romi, em Santa Barbara D'Oeste, com 35 operários encarregados da produção de máquinas e implementos para a lavoura; a M. Dedini, em Piracicaba, que utilizava 80 operários na produção de máquinas e acessórios para as usinas de açúcar; e a Cia Mecânica e Importadora São Paulo, em Jundiaí, que empregava 416 operários na fabricação de enxadas e demais instrumentos para a lavoura (Negri, 1977: 93)

Assim, o período de expansão da Dedini coincidiu com o período de expansão e modernização das usinas na Região e em 1958, o Jornal de Piracicaba estampava em suas páginas fotos dos equipamentos fornecidos pela Dedini a Usina Rafard, cujo diretor reconhecia, entusiasmado que “as Indústrias Dedini conseguiram reerguer a indústria açucareira do Brasil. Não fosse a capacidade que Mario Dedini deu às suas oficinas, o Brasil, com as dificuldades de importação de máquinas, veria suas usinas açucareiras desaparecerem ou tornarem-se completamente obsoletas e sem possibilidade de recuperação.” (Jornal de Piracicaba 18/11/1958)

Considerações Finais

O município de Piracicaba teve sua constituição e evolução estreitamente ligadas às atividades agrícolas e industriais. Em toda a história da região, a atividade foi marcada de forma fundamental pela cana-de-açúcar. Como primeira cultura introduzida em Piracicaba, a cana manteve a primazia, ao lado de outras culturas que se desenvolvem de forma secundária, como o algodão, os cereais, frutas e a criação de gado. Mesmo com a penetração do café no interior de São Paulo, a atividade canavieira da região de Piracicaba não chega jamais a ser deslocada completamente.

Outra característica marcante do município e região, causa de admiração e registro, foi a estrutura fundiária relativamente desconcentrada, que também se transforma a partir dos anos 1930, caracterizando a modernização conservadora que se inaugura com a crise de 1929: o setor sucroalcooleiro ganha impulso e se moderniza, acentuando a especialização regional, fazendo de

Piracicaba, uma das regiões do interior que mais sofreram o impacto do desenvolvimento urbano-industrial da época. Os reveses desse progresso não tardaram, com o surgimento das usinas, a expansão dos canais, a adoção de técnicas agrícolas modernas, o fortalecimento do setor metal-mecânico, a sociedade rural se empobrece, o trabalhador vai sendo proletarizado, os camponeses perdem suas propriedades e a cidade vai sendo crescentemente invadida pelos egressos do campo e empobrecidos de toda espécie.

A “cidade harmônica” se transforma e os problemas sociais ganham visibilidade, com a favelização, o êxodo rural e a presença marcante do bóia-fria, distinguindo o entorno urbano que emerge do desmonte da antiga sociedade rural.

BIBLIOGRAFIA

BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BILAC, Maria Beatriz B.; TERCI, Eliana T. *Piracicaba: de Centro Policultor a Centro Canavieiro*. Piracicaba: MB Editora, 2001.

CANABRAVA, Alice P. e MENDES, Maria C. T. “A região de Piracicaba”. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XLV, 1938.

CAPRI, Roberto. *Piracicaba, São Paulo, Brasil*. Roma: Tip. Poliglota, Mundus, 1914.

DE CARLI, Gileno. *Aspectos da Economia Açucareira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti ed. 1942.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 9ª.ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, V. 2.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo: Cia.Editora Nacional, 1982.

GORDINHO, Margarida C. *Os Ometto*. São Paulo: G. H. Knapp, 1986.

IBGE, Censos Agropecuários, 1940 e 1950.

KRAHENBUHL, Hélio. *Almanaque de Piracicaba para 1955*. Piracicaba: 1955.

MALUF, Adilson. *Piracicaba: passado e presente*. Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba. 1988.

MALUF, Renato S. Jamil. *Aspectos da constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho urbano e rural em Piracicaba*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1984.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: HUCITEC/Pró-memória, 1982.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística *Recenseamento do Brasil*, Rio de Janeiro: Tip. da Estatística, 1920, vol.IV, 4ª parte.

NEGRI, Barjas. *Um estudo de caso da indústria nacional de equipamentos: uma análise do Grupo Dedini (1920-1975)*. IE-IFCH-UNICAMP, 1977 (dissertação de mestrado).

NEME, Mário. *Piracicaba documentário*. Piracicaba: Ed. João Mendes Fonseca, 1936.

_____. Um Município Agrícola: aspectos, sociais e econômicos da organização agrária de Piracicaba. *Revista do Arquivo Municipal*, nº LVII, SP, 1939, separata, pp. 1-99.

PERES, Maria Thereza. M. *O colono de cana na modernização da Usina Monte Alegre: Piracicaba (1930-1950)*. Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUC-SP, 1990 (Dissertação de mestrado).

PETRONE, Maria Thereza Shorer. *A lavoura canavieira em São Paulo - expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: DIFEL, 1986.

RAMOS, Pedro. *Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do estado de São Paulo (1930-82)*. São Paulo. FGV, 1983 (Dissertação de mestrado).

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O mercado de trabalho na cidade de São Paulo nos anos 20. In SILVA, Sérgio S. e SZMERECSÁNYI, Tamás (orgs). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996.

SAMPAIO, Silvia Selingardi. *Geografia industrial de Piracicaba - um exemplo de integração indústria-agricultura*. São Paulo: EDUSP, 1976.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8º ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

GRAZIANO da SILVA, J. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: HOLANDA, Sérgio B.(org) *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano. Economia e cultura (1930-64)*. 3º ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TERCI, Eliana T. *Agroindústria canavieira de Piracicaba: relações de trabalho e controle social*. Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUC-SP, 1991. (dissertação de mestrado, dig.)

_____. *A cidade na Primeira República: imprensa, política e poder em Piracicaba*. Departamento de História/ FFLCH/USP, 1997 (tese de doutorado, dig.)

VILLELA, Anibal; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e o crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. R.J., IPEA/INPES, 1975

VITTI, Guilherme. *Manual de História Piracicabana*. Piracicaba: Tip. do Jornal de Piracicaba, 1966.